

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012 da Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, juntamente com o relatório dos auditores independentes. **A DIRETORIA.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012 - (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2013	2012	PASSIVO	Nota explicativa	2013	2012
CIRCULANTE		15.735	15.725	CIRCULANTE		220	303
Disponibilidades	5	2	2	Outras obrigações		220	303
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	15.643	15.597	Fiscais e previdenciárias	6.b	175	266
Aplicações em depósitos interfinanceiros		15.643	15.597	Diversas	6.c	45	37
Outros créditos	6.a	90	126	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		990	874
Diversos		90	126	Outras obrigações		990	874
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.a	9.206	8.707	Fiscais e previdenciárias	6.b	990	874
Outros créditos		9.206	8.707	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	23.732	23.256
Diversos		9.206	8.707	Capital social		15.415	15.415
PERMANENTE		1	1	Reserva legal		707	684
Investimentos		1	1	Reservas de lucros		7.610	7.157
Outros investimentos	7	1	1				
TOTAL DO ATIVO		24.942	24.433	TOTAL DO PASSIVO		24.942	24.433

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	15.415	664	6.791	-	22.870
Lucro líquido do semestre	-	-	-	386	386
Destinações:					
Reserva legal	-	20	-	(20)	-
Reserva de lucros	-	-	366	(366)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	15.415	684	7.157	-	23.256
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	15.415	695	7.386	-	23.496
Lucro líquido do semestre	-	-	-	236	236
Destinações:					
Reserva legal	-	12	-	(12)	-
Reserva de lucros	-	-	224	(224)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	15.415	707	7.610	-	23.732

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012 - (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") tem por objeto social exercer a intermediação em operações de câmbio, operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e realizar operações compromissadas, bem como administrar fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Corretora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; d) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11; e) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11; f) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09; e h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação do relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução BACEN nº 4.144/12. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para aquelas de natureza financeira. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **d) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos a variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. **e) Investimentos** - São representados por ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transação da Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP em Sociedade Anônima, registradas ao valor de custo. **f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios os seguintes: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Passivos contingentes - Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos ou contribuições. Os montantes discutidos, independentemente de avaliação de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. **g) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A contribuição social apurada sobre o lucro tributável, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. **h) Mensuração a valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe e bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. **i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** - Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. Em 30 de junho de 2013 e de 2012, não houveram indícios de redução no valor recuperável dos ativos não monetários. **j) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros e (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **k) Lucro por ação** - A divulgação do lucro por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros, de curto prazo, mantidos com o controlador, com vencimento para 01 de julho de 2013 no montante de R\$ 15.643 (R\$ 15.597 em 2012).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Disponibilidades	2	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.643	15.597
Total	15.645	15.599

6. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos - diversos

	2013	2012
Créditos tributários (nota explicativa nº 8 b)	409	355
Devedores por depósitos em garantia (nota explicativa nº 9 b)	8.797	8.352
Impostos e contribuições a compensar	90	126
Total	9.296	8.833
Curto prazo	90	126
Longo prazo	9.206	8.707

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2013	2012
Provisão para impostos e contribuições a pagar	174	265
Impostos e contribuições a recolher	1	1
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 9 a)	990	874
Total	1.165	1.140
Curto prazo	175	266
Longo prazo	990	874

c) Outras obrigações - diversas

	2013	2012
Provisão para despesas de publicação	6	6
Provisão para despesas de auditoria	25	8
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota explicativa nº 11)	13	20
Outras	1	3
Total	45	37
Curto prazo	45	37

7. OUTROS INVESTIMENTOS

	2013	2012
Ações e cotas:		
CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos	1	1
Total	1	1

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2013	2012	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	377	629	377	629
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%
Expectativa de despesa de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(94)	(157)	(56)	(94)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Despesas com entidades de classe	(2)	(2)	(1)	(1)
Outras despesas não dedutíveis				
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias:				
Outras	(8)	(2)	(13)	(9)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(104)	(161)	(70)	(104)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	14	13	8
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	(84)	(147)	(57)	(96)

b) Composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos

Ativo	2013	2012
Base de cálculo		
Provisão para Riscos Fiscais	990	874
Outras provisões - diversas	32	14
Total	1.022	888
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	40%	40%
Crédito tributário classificado em outros créditos - diversos (nota explicativa nº 6 a)	409	355

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias.

	2013			2012		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo inicial	235	141	376	208	125	333
Constituição de ativo fiscal diferido	20	13	33	14	8	22
Saldo final	255	154	409	222	133	355

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais é calculado sejam realizadas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização está apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros:

Ano	Valor contábil					
	2013			2012		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2012	-	-	-	-	-	6
2013	-	13	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-	-
2015	-	-	-	-	349	-
2016	-	396	-	-	-	-
Total	409	409	818	409	355	764

Em 30 de junho de 2013, o valor presente de créditos tributários, calculados considerando a taxa de Depósito Interfinanceiro, totalizava R\$ 287 (R\$ 264 em 2012).

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Corretora é parte em vários processos de natureza fiscal, para os quais foram contabilizadas provisões para riscos, conforme critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN: As provisões são constituídas com base nos processos classificados com risco de perda provável.

a) A movimentação das provisões passivas

	Riscos Fiscais	
	2013	2012
Saldo inicial	934	800
Constituição (nota explicativa nº 13 b)	32	43
Atualização (nota explicativa nº 13 b)	24	31
Saldo final	990	874

b) O detalhamento dos riscos fiscais por probabilidade de perda

	2013		2012	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (i)	990	990	874	874
Perdas possíveis (ii)	87.382	-	18.838	-
Perdas remotas	444	-	433	-
Total de provisões	88.816	990	20.145	874
Depósitos Judiciais(*)		8.797		8.352

(*) Nota explicativa nº 6 a

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários**

Examinamos as demonstrações financeiras da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimen-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012 - (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2013	2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		514	693
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		514	693
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		514	693
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(137)	(64)
Receitas de prestação de serviços		27	27
Outras despesas administrativas	12	(244)	(220)
Despesas tributárias		(42)	(39)
Outras receitas operacionais	13.a	178	242
Outras despesas operacionais	13.b	(56)	(74)
RESULTADO OPERACIONAL		377	629
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		377	629
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8	(141)	(243)
Provisão para imposto de renda corrente		(104)	(161)
Provisão para contribuição social corrente		(70)	(104)
Ativo fiscal diferido		33	22
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		236	386
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		14,83	24,26

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012 - (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		236	386
Lucro líquido do semestre		236	386
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		23	52
Provisão para riscos fiscais	13.b	56	74
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(33)	(22)
Lucro líquido do semestre ajustado		259	438
Varição de ativos e passivos		(313)	(519)
Varição de outros créditos		(284)	(419)
Varição de outras obrigações		(29)	(100)
Caixa líquido aplicado em atividades			